

# A 25 anos de distância

*Francisco Pinto Balsemão*

APESAR DE TEREM JÁ DECORRIDO 25 ANOS, O 25 DE Abril está ainda demasiado perto para que aqueles que nele e na sua sequência participaram, consigam desligar-se de algum subjectivismo.

Álvaro Cunhal não vê decerto o 25 de Abril da mesma maneira que Freitas do Amaral, como eu não vejo o 25 de Abril de maneira idêntica à do meu amigo Mário Soares. É por isso importante, para quem mais tarde faça a História, dispor do maior número possível de testemunhos de pessoas que, de um modo ou de outro, foram protagonistas nos últimos 25 anos.

Eis, pois, fruto do meu subjectivismo, um depoimento que começará por uma partilha com os leitores de quatro reflexões.

A primeira é que o 25 de Abril aconteceu porque não houve, da parte do marcelismo, capacidade para evitar que acontecesse. Não me refiro, obviamente, à capacidade repressiva, policial (embora ainda hoje esteja por esclarecer a aparente debilidade ou apatia da PIDE e das forças de segurança no dia do golpe militar). Refiro-me à incapacidade de Marcello Caetano para aproveitar a onda de suporte generalizado de que beneficiou, em 1968 e 1969, a seguir à queda de Salazar.

Uma reforma profunda de sentido democrático, semelhante à que ocorreria mais tarde em Espanha, teria sido possível nessa altura em Portugal. Uma reforma que assegurasse os direitos e liberdades fundamentais – incluindo a criação de partidos políticos, o direito à greve, a liberdade de imprensa –, que promovesse a negociação, em posição de força, da autodeterminação das chamadas «províncias ultramarinas», que provocasse a desintervenção do Estado na economia, que conduzisse Portugal para a adesão à CEE, etc.

A via reformadora teria sido preferível à via revolucionária. Por inépcia ou medo, por cansaço, por excesso de zelo das forças de bloqueio de então, ela não foi, no entanto, possível.

Por isso, em 1974, o país estava maduro para apoiar a via revolucionária.

A segunda reflexão é a seguinte: em Portugal, de Abril de 1974 a, pelo menos, Novembro de 1975, funcionou, num só sentido, com enorme aceleração, durante 18 longos e intensos meses, o princípio do pêndulo.

O país estivera mais de quatro décadas aperreado à direita, vivera num regime imposto e mantido por uma classe política e económica que se foi revezando em torno de uma pessoa, Oliveira Salazar. A ditadura aguentou-se com base na censura aos meios de comunicação, na polícia política, no condicionamento industrial, no analfabetismo. A partir do início dos anos 60, recebeu um novo fôlego com a criação de um objectivo prioritário: a integridade do território nacional (e, em consequência, da Pátria), o que implicava a guerra colonial, a mobilização das populações, mesmo com o sacrifício de vidas,

o aumento de impostos e os riscos de um progressivo isolamento internacional.

O pêndulo, quando foi solto, deslocou-se vertiginosamente da direita para a esquerda. Essa deslocação foi facilitada pelo facto de a ditadura salazarista ter deixado Portugal nos últimos lugares de quase todas as estatísticas europeias e, como já foi mencionado, pela incapacidade do sucessor de Salazar, Marcello Caetano, aproveitar os cinco anos de que dispôs para fazer uma reforma política e económica que permitisse evitar a Revolução.

O pêndulo começaria a inverter a sua marcha com o 25 de Novembro de 1975, mas só em 1982 parou ao centro, com ligeiras oscilações a partir daí, para um lado ou para o outro, mas já sem perigos de desvios incontrolláveis para radicalismos de direita ou de esquerda.

Só em 1982, oito anos depois do 25 de Abril, foi possível, através da primeira revisão constitu-

Fotografia do Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra.



cional, afastar a presença militar da vida política portuguesa com a eliminação do Conselho da Revolução. Até aí, Portugal não foi uma democracia plena, pois o Conselho da Revolução funcionava – e usava e abusava dos seus direitos constitucionais – simultaneamente como Tribunal Constitucional e como órgão legislativo exclusivo para as Forças Armadas (além de que o Presidente da República, um militar, era também Presidente do Conselho da Revolução e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas). A partir da revisão constitucional de 1982, Portugal entrou num regime democrático de padrão ocidental, o que lhe permitiu caminhar para a adesão plena à então CEE e, por essa via, garantir a estabilidade do regime democrático e associar-se, de modo cada vez mais intenso, às políticas e ao destino do continente a que pertence.

Terceira reflexão: o 25 de Abril teve muito a ver com estratégias que, no pós-salazarismo, procuravam atingir a curto prazo objectivos relacionados com a presença de Portugal em África (para além dos motivos corporativos e profissionais que, à superfície, ajudaram a reunir os militares que o fizeram).

Por um lado, a *direita* tentou, desesperadamente, com o apoio de meios conservadores europeus e americanos, provocar declarações unilaterais de independência branca nas ex-colónias, nomeadamente em Angola, para, assim, reforçar a sua permanência no poder em Portugal Continental e manter os laços com a economia ultramarina que eram fundamentais para os grandes grupos portugueses e seus aliados estrangeiros. Por outro, o Partido Comunista Português tentou – e até certo ponto conseguiu – que o golpe militar ocorresse com a maior rapidez e, se possível, com reduzida intervenção, nos lugares cimeiros, de oficiais claramente não comunistas, de modo a orientar o processo pós-revolucionário no continente e conseguir uma descolonização favorável aos objectivos globais da União Soviética.



Montemor. Fotografia de Paixão Esteves.

Esta estratégia do Partido Comunista obteve algum êxito. A chamada tentativa das Caldas, a 16 de Março de 1974, falhou e, com esse falhanço, são detidos oficiais, como Almeida Bruno e Manuel Monge, que eram os elementos de ligação com grupos oposicionistas não comunistas.

Quando, a 25 de Abril, a segunda tentativa é coroada de êxito, o Partido Comunista aparece e actua como único agrupamento político informado (além de – reconheça-se o seu mérito, o que sofreu e o que se sacrificou – ser o único agrupamento político organizado no terreno a nível nacional e internacional e no plano institucional). Esse facto permite aos comunistas e aos seus aliados no Movimento das Forças Armadas acelerar para a esquerda o movimento do pêndulo. Os meios de comunicação social são quase todos ocupados e mobilizados. Começa uma intensa campanha de dinamização cultural. Muita gente que estava à direita salta rapidamente para a esquerda, antecipando-se ao movimento do pêndulo. O Partido Socialista é companheiro de percurso do Partido Comunista durante os cruciais oito primeiros meses. A reforma agrária começa sem lei e através de ocupações mais ou menos selvagens, o mesmo acontecendo com as ocupações urba-

nas, sobretudo nas grandes cidades. Em Março de 1975, as nacionalizações dos sectores fundamentais da economia – e de outros menos fundamentais, como as cervejas – são decididas por uma assembleia de militares. Em nome do anti-fascismo, praticam-se prisões e saneamentos injustificáveis.

Entretanto, a descolonização vai-se processando, caso a caso, colónia a colónia, com fraca defesa dos interesses portugueses (e, verifica-se hoje, com pouca preocupação pelos interesses das populações locais).

Quando, a 11 de Novembro de 1975, a última e principal colónia, Angola, obtém a independência, o Partido Comunista Português abranda a sua participação na movimentação interna. Dias depois, a 25 de Novembro, o contra-golpe obtém êxito e permite a caminhada para as eleições de 1976, porque, entre outras razões, os comunistas haviam abandonado os seus aliados da extrema esquerda.

Quarta e última reflexão: embora o problema de África seja um dos principais fios condutores para a compreensão e interpretação do 25 de Abril e do que se lhe seguiu, é evidente que outras dinâmicas se movimentaram em simultâneo e outros objectivos estratégicos foram entretanto prosseguidos. Por isso, outros factos e outros factores se tornaram igualmente relevantes. Nomeadamente: a viragem do Partido Socialista a partir de Janeiro de 1975; o peso do Partido Social Democrata que nunca desceu abaixo dos 25%; a possibilidade da realização de eleições em 1975 para a Assembleia Constituinte; a aprovação da Constituição, apesar de todas as vicissitudes, entre as quais a ocupação do próprio edifício do Parlamento, que pesaram no seu conteúdo excessivamente programático e tendencialmente marxista.

A nível internacional, os países ocidentais entenderam pouco a pouco que os seus interesses não permitiam um Portugal dominado pelos

comunistas. Uns foram mais rápidos na avaliação da situação: foi o caso da Alemanha. Outros foram mais lentos na compreensão do que acontecia: foi o caso dos Estados Unidos, que só em fins de 1974 abandonaram a chamada doutrina da vacina, segundo a qual o controlo comunista em Portugal serviria de lição, de vacina, para os outros países da Europa Ocidental.

Também as instituições clássicas desempenharam um papel determinante na inversão da esquerda para o centro do movimento do pêndulo. A Igreja Católica foi extremamente activa, depois de uma fase inicial de paralisia, porventura proveniente das acusações de colaboracionismo com o regime anterior. O movimento sindical acabou por rejeitar a unicidade que os comunistas tentaram impor. As próprias Forças Armadas geraram os anticorpos suficientes para que fosse possível mudar a situação e levar à celebração de um pacto entre o MFA e as forças políticas. Esse pacto esteve na origem da eleição de Ramalho Eanes para Presidente da República, bem como da manutenção do Conselho da Revolução e sua consagração, durante 6 anos, como órgão de soberania.

Gostava agora de mudar de perspectiva e de recordar aqui o que de mais positivo aconteceu em Portugal com o 25 de Abril e devido ao 25 de Abril.

É claro que o próprio 25 de Abril de 1974 é, por si, o primeiro grande marco a assinalar, com tudo o que imediatamente representou de realidade e esperança, com o fim da PIDE e da Censura, com a possibilidade de criar partidos políticos, a restauração dos direitos individuais e sindicais. Recebi a notícia em casa, às 4 e tal da manhã, através de um telefonema de Jorge Galamba Marques, então Director Comercial do *Expresso*. Certifiquei-me, pelo Rádio Clube Português, de que era verdade, telefonei a alguns amigos e a colegas do jornal. Vesti-me e pus-me a caminho de Lisboa. Fui directamente ao Terreiro

do Paço, onde confirmei que havia uma revolução em marcha. Fiquei descansado quando, ao ser reconhecido por um dos oficiais subalternos, este disse qualquer coisa como: «*Deixa passar; que este é dos nossos*». Segui para o *Expresso*, onde começavam a aparecer outros jornalistas. Ali fiquei até às 11 da noite, a preparar a edição de sábado, 27 de Abril, entre angústias de que o golpe falhasse, celebrações à medida que a vitória se consolidava e recepção de visitas das mais variadas, de Jorge Sampaio a Manuel Boullosa. Jantei no Flórida, do outro lado da rua Duque de Palmela, com minha mulher e Pedro Feytor Pinto, que me contou em primeira mão os acontecimentos do Carmo e da partida de Marcello Caetano, por ele directamente vividos.

Mas nada se esgota num só dia. Para mim, por exemplo, o 1º de Maio de 74 foi um dos dias mais felizes e completos que vivi. E o dia 6 de Maio, quando, com Sá Carneiro e Magalhães Mota, anunciámos a criação do PPD, adquire natural relevância.

Depois, há uma sequência eleitoral notável: a realização de eleições para a Constituinte em 25 de Abril de 1975 (e os respectivos resultados, apesar da tremenda pressão das forças políticas dominantes e da quase totalidade dos *media*), a possibilidade de concluir e votar a Constituição (apesar de todas as barragens civis e militares, que incluíram sequestros do Governo e dos deputados em S. Bento), a realização, em 1976, das primeiras eleições para o Parlamento, a Presidência da República, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais. Difícil será não associar a esta sequência o 25 de Novembro (e factos que lhe estiveram na origem, como o *Documento dos Nove*, que simboliza a coragem e a independência de um conjunto de militares que souberam separar-se da influência corporativo-comunista, ganhar autonomia ideológica e participar, pela segunda vez, na luta pela democracia e pela liberdade).

Do mesmo modo, o momento histórico da assinatura do tratado de adesão de Portugal à CEE, em Junho de 85, não é dissociável das fases cruciais das negociações com Bruxelas que a antecederam, nem da ratificação de Maastricht em 92, nem, claro, do processo que conduziu Portugal ao euro e a tudo que ele significa económica e politicamente.

Por outro lado, há situações que, embora menos interligadas, são igualmente positivas. Por exemplo: a luta contra a unicidade sindical, em Janeiro de 75, marcou o abandono pelo PS do percurso desastroso que até aí seguira em comum com o PCP; a criação, anos depois (em 1978) da UGT, que veio demonstrar a viabilidade e a necessidade de um sindicalismo de inspiração socialista e social-democrata; a criação da AD e as suas vitórias eleitorais em 1979 e 1980, que proporcionaram estabilidade política com base, pela primeira vez, numa maioria absoluta parlamentar; a revisão constitucional de 1982, que permitiu eliminar o Conselho da Revolução e transformar, finalmente, Portugal numa democracia plena de padrão ocidental; as duas eleições de Mário Soares para a Presidência da República, que trouxeram ao cargo uma visão nova, moderna e imaginativa, e uma garantia de defesa dos valores essenciais e de representação do Estado na esfera externa; a maturidade política que representou a experiência não conseguida do bloco central (não conseguida talvez porque não seja possível um entendimento ao centro em vez da oposição natural esquerda-direita); as duas maiorias absolutas obtidas por Cavaco Silva, desafiando as matemáticas de uma lei eleitoral que parecia impossibilitá-las; a estabilidade política – um Executivo minoritário que dura uma legislatura – conseguida pelo actual Governo socialista; o recurso ao referendo por duas vezes, embora com elevada abstenção; a afirmação do poder regional onde ele se mostrou desejável e dese-



jado e do poder local em todo o território, incluindo, obviamente, as Regiões Autónomas.

Não ficam, contudo, por aqui os aspectos positivos a apontar relativamente aos últimos 25 anos portugueses.

Na economia, não é justo ignorar as inacabadas privatizações, apesar da precipitação casuística em que se processaram, a descida da inflação, a Reforma Fiscal, o cumprimento dos critérios que nos conduziram à Eurozona.

No plano cultural, embora a capacidade criativa pareça ter estiolado logo a seguir ao 25 de Abril, a consagração de José Saramago, Maria João Pires, Manoel de Oliveira, Paula Rego deve ser assinalada. Bem como o êxito da Eurovíscas e da Expo'98.

E quem esquecerá as proezas de Carlos Lopes e Rosa Mota nos Jogos Olímpicos, o mundial de hóquei em 1982, a vitória do Porto no Europeu de Futebol em 1987, ou os campeonatos mundiais ganhos pelos nossos jovens futebolistas?

Acima de tudo, talvez seja de destacar a revolução das mentalidades que se produziu a partir do 25 de Abril e que ainda continua. O divórcio, a emancipação legal e de facto da mulher portuguesa, a maioridade aos 18 anos, a criação do estatuto do objector de consciência, a preocupação crescente com o ambiente e até, simbolicamente, o fim do papel selado, em 1986, são alguns dos marcos.

Saliente-se, finalmente, que essa revolução de mentalidades foi acompanhada e estimulada por uma melhoria geral da comunicação social. Neste capítulo são de destacar: o aparecimento das rádios livres, que forçou o poder político a legislar, com atraso, sobre uma realidade social (e tecnológica) imparável; a privatização dos jornais do Estado, que pôs termo a uma situação absurda e revitalizou a imprensa diária, abrindo caminho para o aparecimento de novos títulos; a abertura às televisões privadas, que veio agitar e melhorar o panorama audiovisual português, obrigando a uma concorrência que facilitou a possibilidade de escolha e refrescou a programação, designadamente no que respeita à independência e conteúdo de informação; o aparecimento de novas opções através da televisão por cabo e da televisão por satélite; o crescimento da internet e dos telefones móveis.

Quanto aos aspectos negativos, há que distinguir entre o que aconteceu e era preferível não ter acontecido (ou ter acontecido de outro modo) e o que não aconteceu e deveria ter acontecido.

Começemos pelo que aconteceu.

Logo à cabeça, surgem as sequelas quase imediatas do 25 de Abril: as nacionalizações, que poderiam ter sido feitas de modo mais restritivo e cuidado e nunca decididas em assembleia mais ou menos selvagem do MFA; a descolonização que se processou em posição de grande fraqueza, com as armas depositadas, quando não

entregues ao adversário da véspera, com consequente incapacidade de defesa dos interesses portugueses e até dos interesses das populações descolonizadas e com os efeitos que se conhecem sobre as dificuldades dos retornados; o chamado gonçalvismo com todo o cortejo de ilegalidades e injustiças que gerou – mandatos de captura em branco, prisões, barricadas, ocupações, saneamentos, etc. Neste capítulo, não me esqueço de dois factos que testemunhei e que são reveladores da actuação do PCP e dos seus aliados do MFA: o 1 de Maio de 1975, sobretudo quando os dirigentes e as manifestações do PS e do PPD foram proibidos de entrar no estádio; a ocupação do jornal *República*.

Num outro plano, o terrorismo de direita e de esquerda (este prolongando-se até há relativamente pouco tempo) e certas manifestações de neonazismo constituem manchas negras nos últimos 25 anos.

Faleceram pessoas a quem o país muito deve. Não vou citar todas, mas é impossível não referir o terrível acidente de Camarate, onde perderam a vida amigos de sempre, como Francisco Sá Carneiro, António Patrício Gouveia, Adelino Amaro da Costa, Snubecassis. Como não é possível esquecer o desaparecimento, entre tantos outros, de Maria Helena Vieira da Silva, Carlos Mota Pinto, José Afonso, Francisco Sousa Tavares, António José Saraiva, Natália Correia, José de Azeredo Perdigão, António Quadros, David Mourão-Ferreira, José Cardoso Pires.

O exercício de auto-determinação pelo povo de Timor-Leste continua adiado, apesar dos esforços internos e externos da grande maioria das forças políticas, dos Prémios Nobel da Paz a D. Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta e das mudanças na Indonésia. As guerras civis em Angola e Guiné-Bissau (e Moçambique até há alguns anos), embora ocorrendo fora do território nacional, não deixam, por isso, de estar ligadas às últimas décadas portuguesas, pela parte de res-

ponsabilidade que nos pertence. Insira-se aqui, com um ponto de interrogação, o Acordo com a China sobre Macau, em 1987, que culminará em Dezembro deste ano com a entrega do território.

O Primeiro de Janeiro, 27 de Abril de 1974.

**O PRIMEIRO DE JANEIRO**  
Fundador: GASPAR FERREIRA GILBERTO

Sábado, 27 de Abril de 1974

**EXTINÇÃO DA D.G.S. E DA LEGIÃO PORTUGUESA**  
*- medida imediata da Junta de Salvação Nacional*

**MULTIPLICAM-SE AS MANIFESTAÇÕES DE APOIO PELO PAÍS**

As manifestações que desfilaram em frente do Quartel de Salvação Nacional, em Lisboa, no dia 27 de Abril de 1974, para apoiar a extinção da D.G.S. e da Legião Portuguesa.

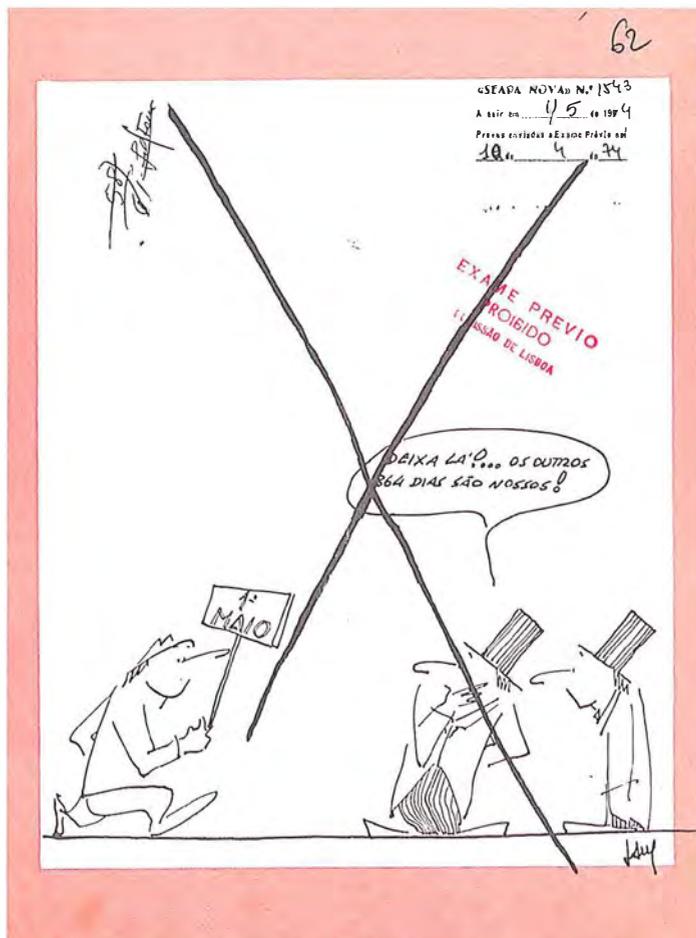
**A liberdade de Imprensa e a situação dos presos e exilados políticos**

*temas numa entrevista do General António de Spínola a «O Primeiro de Janeiro»*

**Reina a calma em todo o território nacional**

**Programa da Junta de Salvação Nacional**

**Ocupadas as instalações da Legião Portuguesa do Porto, Freixo e Espinho**



A título meramente exemplificativo, relembram-se ainda outros factos negativos: a saga do FMI e das suas constantes negociações-imposições ao Estado português; as oscilações do escudo, com forte tendência para a desvalorização, apesar de duas tentativas de revalorização; a segunda eleição de Ramalho Eanes e a ascensão e queda do PRD; as tentativas de greve geral da CGTP, em 1982, a dissolução da Assembleia da República, em 1983, apesar do parecer contrário do Conselho de Estado; o triste e pitoresco episódio de Saltillo, em 1986, com a selecção nacional de futebol como principal protagonista, o desaparecimento de jor-

nais com tradição na nossa imprensa, entre eles o *Diário Popular*, o *Diário de Lisboa* e os semanários *O Jornal* e *Tempo*; a permanência de vagas de incêndios florestais, embora seja de destacar um relativo abrandamento nos últimos anos.

Resta falar no que não aconteceu.

Muito sinteticamente, aponto a reforma da educação que não foi feita ou, pelo menos, está longe de concluída, bem como a reforma da saúde, apesar dos inevitáveis progressos verificados, e a reforma da justiça, sobretudo quanto à morosidade do sistema judicial.

A agricultura continua sem horizontes próximos e principalmente sem horizontes distantes, apesar da inversão de marcha que, no seu tempo, a lei Barreto representou. A burocracia, incluindo os poderes majestáticos de várias empresas públicas ou ex-públicas, prossegue impunemente o seu reinado. A esta área não chegou seguramente a revolução das mentalidades, para não referir a total incapacidade de travar e julgar a corrupção.

Uma última palavra, ainda em matéria do que não aconteceu, deve ser dedicada ao sistema político, uma vez que a lei eleitoral não foi revista – e terá de o ser no sentido de uma maior responsabilização dos deputados – e que o sistema de governo semi-presidencialista deveria ter sido repensado e não foi.

O balanço final é, em qualquer caso, favorável. Estamos melhor do que estávamos, e isso não apenas porque passaram 25 anos, mas porque o 25 de Abril, com todos os sobressaltos, perplexidades e contradições que provocou, foi um tremendo acelerador da vida portuguesa.

É indispensável sublinhar este balanço favorável, numa ocasião em que parece haver um esforço para limpar o salazarismo.

Nunca é de mais repetir que o salazarismo nos deixou no último lugar de praticamente todas as estatísticas europeias, nos obrigou a viver sem liberdade durante décadas, forçou

centenas de milhares de portugueses a emigrar para o estrangeiro e nos mergulhou num problema ultramarino insolúvel pela via militar.

Por tudo isto, o branqueamento não é possível. O que não impede, como é óbvio, que tenha chegado o tempo de olhar o salazarismo com rigor histórico e não com o simplismo das análises «anti-fascistas» que se aceitavam há 20 anos.

Para além do deve e do haver, para além do balanço positivo, não podemos cair no erro do auto-elogio, no êxtase da auto-admiração.

Não basta votar e pagar impostos para se viver numa sociedade perfeita.

Se, em termos meramente políticos, a evolução pós-revolução foi rápida e convincente nas suas três fases – até 1976, de 1976 a 1982 e daí até agora – (incluindo o fortalecimento do poder regional nos Açores e na Madeira e do poder local através dos municípios), ainda há muito a fazer nos campos social, cultural e económico.

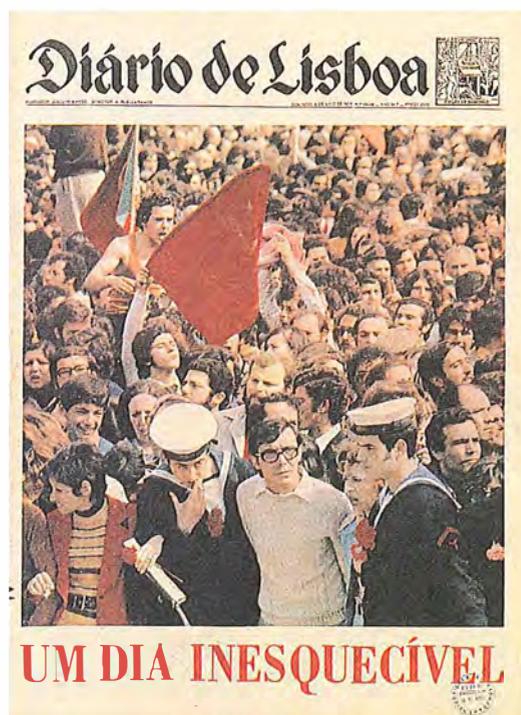
Não basta a democracia política. A liberdade é essencial – mas tão essencial quanto a liberdade, é a igualdade. Pelo menos, a igualdade de oportunidades à partida (seja na escola, no tribunal, na direcção geral ou no hospital) e à chegada (na reforma, na ocupação dos tempos livres durante a terceira idade).

A melhor maneira de comemorar os 25 anos do 25 de Abril é afirmar – e praticar – a intenção de lutar por uma democracia que não seja apenas política e formal mas também substancialmente cultural, social e económica. Ou seja: que a revolução da informação não provoque um fosso intransponível entre info-ricos e info-pobres no mundo, dentro de cada continente e dentro de cada país; que a globalização da economia não conduza ao Estado globalitário como substituto do Estado totalitário; que a sofisticação da criminalidade e a sua organização transnacional em máfias e cartéis seja combatida com reforço da segurança individual e colectiva,

mas sem diminuição da liberdade; que o direito à diferença seja consagrado como uma das conquistas deste final de século; que se criem e aceitem novas modalidades de participação política, baseadas na circulação e gestão da informação, na auto-regulamentação, na libertação da sociedade civil.

O 25 de Abril, os 25 anos do 25 de Abril, os 25 anos de 25 de Abril, só serão válidos se aqueles que os herdaram – mas que, por serem muito novos ou nem sequer nascidos, neles não tiveram grande participação – os aceitarem, louvarem e se sentirem por eles estimulados.

Os maiores beneficiários do 25 de Abril são – ou podem ser, ou devem ser – as novas gerações, aqueles que agora têm 20, 30, 35, 40 anos, no máximo. E é assim que está certo: só vale a pena fazer uma revolução, lutar por ela e dentro dela, quando os grandes beneficiários são os que chegaram depois e nada tiveram a ver com ela.



O desaparecimento de alguns jornais com grande tradição na imprensa, como o *Diário de Lisboa*, é um dos aspectos negativos do pós-25 de Abril.